

**O PARADIGMA COOPERATIVISTA E SUA INTERCONEXÃO COM AS ESTRUTURAS
SOLIDÁRIAS: UMA NOVA PERSPECTIVA NA FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**
***THE COOPERATIVE PARADIGM AND ITS CONNECTION WITH SOLIDARY
STRUCTURES: A NEW PERSPECTIVE FOR PUBLIC POLICIES***

Leandro Teixeira e Silva¹

À medida que os agentes transformadores da sociedade passam por dificuldades na obtenção de renda, emerge um paradigma social capaz de se interconectar com outras estruturas e promover o surgimento de uma perspectiva de transformação social por meio das políticas públicas. O presente artigo pretende, além de conceituar e discutir sobre o modelo cooperativista e sua interconexão com as estruturas solidárias, apresentar um novo viés para a formação das políticas públicas, a partir de uma nova perspectiva do paradigma compreendido como cooperativista.

Palavras-Chave: Cooperativismo. Economia Solidária. Políticas Públicas.

As agents of change in society face difficulties in obtaining income, a social paradigm emerges capable of connecting to other structures and of fostering social change through public policies. This article aims to conceptualize and discuss the cooperative model and its interconnection with supportive structures, as well as to introduce a new approach for public policies through a new perspective of the cooperative paradigm.

Keywords: Cooperatives. Economic Development. Public Policy.

¹Faculdade Maria Milza – FAMAM. Mestre em Políticas Públicas – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. E-mail: lteixeiras@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/3061342387515053>

INTRODUÇÃO

A administração pública é marcada por uma diversidade de correntes, ideologias e modelos. Em uma perspectiva atual, considera-se a gestão desempenhada pelo setor privado como a responsável por catalisar todo o processo econômico, social e político de uma sociedade. Na contemporaneidade, a globalização, a inovação e volatilidade das transformações disseminam uma nova corrente mercadológica, onde apenas os mais adaptados conseguem sobreviver.

Considerando a perspectiva da escassez econômica e distribuição desigual de renda, emerge a necessidade dos organismos públicos criarem alternativas capazes de minimizar esses impactos. A alternativa para a diminuição dessa discrepância social perpassa pela formação de novas políticas.

A estruturação das políticas públicas implantadas pelos diversos agentes públicos tem, em sua maioria, atingido parte da sociedade. A mudança desse cenário advém com a utilização de mecanismos de gestão, sobre a percepção da ideologia cooperativista. Pensar em transformação social na atualidade requer conhecer o panorama vigente e a partir daí introduzir a concepção do solidarismo por meio da interconexão com a acepção cooperativista. Desse modo, a adoção de novas políticas públicas tenderá a atingir uma gama maior de segmentos da sociedade. Corroborando essa analogia, Pinho (2001) apresenta como proposta de mudança do meio econômico-social da sociedade a utilização gradativa das cooperativas.

REVISÃO DE LITERATURA

O Modelo Cooperativista

Para que haja uma definição concisa sobre o paradigma cooperativista é necessário compreender a sociedade como

uma unidade composta por inúmeros indivíduos que são capazes de se relacionarem em prol de determinado objetivo. A partir dessa perspectiva, emerge uma polaridade de conceitos, atribuídos por diversos autores, que em sua maioria apontam o cooperativismo como uma ferramenta fundamental para a saída das crises advindas da concorrência capitalista.

As cooperativas são uma resposta para os problemas impostos pela globalização. Por um lado, geram empregos, por outro, elas são um contrapeso à concentração de riquezas. E se as cooperativas, em nome do princípio da integração buscam a concentração, no cooperativismo, tal concentração não representa a exclusão, como no modelo capitalista. É uma concentração de centenas ou milhares de associados produtores rurais, artesanais, poupadores, consumidores, prestadores de serviços. A integração/concentração de empresas que representam milhões de co-proprietários cooperativados é um processo que reforça as condições para uma melhor redistribuição da renda e das oportunidades. (SCHNEIDER, 2004, p.2).

Em uma analogia semelhante à contemporizada por Schneider (2004), Neto (2003) vislumbra o segmento cooperativista como uma nova maneira de privilegiar o social. Para o autor, a cooperativa não configura a extinção da propriedade privada, sendo, portanto, a lógica econômica do ambiente cooperativista diretamente ligada à valorização do indivíduo e não somente ao capital. Para Ricciardi e Jenkins (2000, p. 18) “quando o ser humano descobriu que unindo os seus esforços aos de outros, ficava em melhores condições para resolver os problemas que interessavam a todos, nascia a cooperação”.

A instituição financeira cooperada UNICRED OESTE PAULISTA (2009), em documento produzido sobre o Cooperativismo no Brasil, apresenta uma relação do que se entende como princípios que norteiam esse paradigma. Segundo a referida instituição, a

adoção voluntária e livre, a gestão democrática, a participação econômica dos membros, a autonomia e independência, a educação, formação e informação, além da intercooperação representam os pilares que sustentam a concepção cooperativista.

De acordo com uma publicação recente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), considerando o ano de 2011, ocorreu um aumento significativo de pessoas ligadas às cooperativas. Esse modelo tem se expandido, possibilitando além do processo de interação social, a alavancagem econômica dos agentes envolvidos na cooperativa. Destaca-se do periódico a afirmação quanto ao número de associados ligados a OCB que ultrapassou 10 milhões, considerando o ano de 2011, obtendo um crescimento de 11% comparado a 2010.

Para Neto (2003), a metodologia cooperativista é facilmente compreendida quando sua subdivisão é considerada levando-se em conta a perspectiva da sociedade. Segundo o autor, as cooperativas podem ser de três tipos:

- a) Sociedades em que as sobras são repartidas entre os associados, na proporção das compras por eles efetuadas na cooperativa (ou seja, retorno pro rata das compras);
- b) Sociedades em que as sobras são repartidas entre os operários acionistas na produção dos dias de trabalho de cada um;
- c) Sociedades em que as sobras são repartidas com base no capital, matérias-primas ou produtos que cada associado levou para a sociedade.

No entendimento de Pinho (2004), as cooperativas possuem inúmeros campos de atuação, podendo ser segmentados para sua melhor compreensão. Para o autor, os doze segmentos são:

- a) Agropecuário: Compreende

cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca;

- b) Crédito: Cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus associados;
- c) Saúde: Cooperativas dedicadas à preservação e à recuperação da saúde humana;
- d) Consumo: Criada em 1889, em Minas Gerais, com a finalidade de fornecer artigos de consumo para seus associados, a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Hoje esses modelos de cooperativas operam abertos a qualquer consumidor.
- e) Trabalho: Abrange todas as categorias profissionais, que prestam serviços como autônomos em empreendimentos próprios.
- f) Produção: É formado por cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e mercadorias, sendo os meios de produção propriedade coletiva.
- g) Educacional: Cooperativas de professores, de alunos e escolas agrícolas, cooperativas de pais de alunos e de atividades afins.
- h) Habitacional: Reúne cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para seu quadro social.
- i) Mineral: Cooperativas destinadas a pesquisar, a extrair, a lavrar, a industrializar, a comercializar, a importar e exportar produtos minerais.
- j) Infra-estrutura: Cooperativas de eletrificação rural, cooperativas de limpeza pública, de segurança, dentre outras.
- k) Turismo e lazer: Cooperativas criadas para exploração do potencial turístico do Brasil. Têm papel de geração de trabalho e renda, preservação do meio ambiente, dentre outros.

I) Outros: Reúne as cooperativas que não se enquadram nos segmentos anteriores

Considerando os cenários apresentados por Neto (2003) e Pinho (2004), observa-se a variedade de ramificações que o paradigma cooperativista adquire. Esse contingente polarizado de alcance deve-se a capacidade desse modelo atuar como facilitador do processo de inserção social, na medida em que além de concatenar diversos setores, possibilita aos agentes envolvidos aumento da sua renda econômica.

As Estruturas Solidárias

As estruturas solidárias são uma metodologia diferenciada de organização, dentre outras perspectivas, nas atividades econômicas. Considera-se como especificidades desse tipo de estrutura, a autogestão, a autonomia de cada grupo de produção, de unidade ou empreendimento e igualdade entre os seus membros. Segundo Singer (2002), a formação dessas estruturas advém do entendimento que a organização possui sobre suas ferramentas de produção e a concepção de que o importante é a qualidade do produto/trabalho em detrimento da acepção capitalista sobre lucratividade.

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. [...] A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho (SINGER, 2002, p.4).

Considerando que as estruturas solidárias estão diretamente ligadas ao conceito de Economia Solidária, Singer (2004) a considera como ferramenta essencial para uma organização, sendo portanto um técnica essencial no processo de gestão. O autor

propõe ainda que a economia solidária seja uma estratégia possível de luta contra as desigualdades sociais e o desemprego:

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente...” (SINGER, 2002 p.138).

Nessa perspectiva, a economia solidária, apresenta-se como uma reconciliação do trabalhador com seus meios de produção e fornece, de acordo com Gaiger (2003), uma experiência profissional fundamentada na equidade e na dignidade, na qual ocorre um enriquecimento do ponto de vista cognitivo e humano. Com as pessoas mais motivadas, a divisão dos benefícios definida por todos os associados e a solidariedade, “o interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do empreendimento estimula maior empenho com o aprimoramento do processo produtivo, a eliminação de desperdícios e de tempos ociosos, a qualidade do produto ou dos serviços, além de inibir o absenteísmo e a negligência” (GAIGER, 2003, p.34).

Economia Solidária: da (re)utilização dos princípios do cooperativismo como Estratégia de Interconexão para fortalecimento de políticas públicas.

A Economia Solidária vem sendo amplamente apresentada e discutida, tanto no meio acadêmico como no ambiente institucional, como uma possível alternativa ao desemprego e a precariedade do trabalho, dado o contexto de “crise estrutural do sistema capitalista” e seu “estado monopolístico”. Sem

embargo, é vista como um modo de produção alternativo que busca a emancipação plena da classe dos trabalhadores. (SINGER, 2002).

No que concerne à principal força motriz, o cooperativismo é analisado na sua organização e distribuição do trabalho, qual seja, de forma “autogestionária” e como se dá a relação de propriedade dos meios de produção. Dessa forma, coloca-se a seguinte citação de Singer (apud SATO E ESTEVES, 2002:6) para elucidar a questão:

“Diz-se autogestionária a empresa cujos sócios são os trabalhadores e cujos trabalhadores são os sócios, sem presença de outros vínculos de trabalho ou de investimento, logo, a autogestão é uma forma específica de democracia industrial, distinta de sistemas de participação, seja acionária, seja nos lucros da empresa”.

Desta forma, fica evidente que o principal eixo do presente discurso é a conjugação e a combinação dos aspectos políticos – construídos por meio de decisões democráticas, dos aspectos econômicos – viabilidade caracterizada em certa medida por não objetivar estritamente o lucro e, não menos importante, dos aspectos sociais – onde a interconexão de solidariedade, mutualismo e cooperação (re) suscitam como valores balizadores no fortalecimento de políticas públicas.

Dessa forma, a Economia Solidária pode ver vista como uma articulação da própria sociedade civil reagindo e se organizando contra a atual situação de precariedade de trabalho, buscando assim alguma forma de inclusão social.

Não obstante, encontra-se no âmbito Federal uma Secretaria (SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária), pertencente ao Ministério do Trabalho e Emprego, que vem impulsionando e fomentando a economia solidária, bem como o cooperativismo. Encontramos a seguinte citação em um de seus textos para discussão:

A alternativa socialista que tem por base a economia solidária e a autogestão apresenta três instâncias fundamentais:

1. A socialização dos meios de produção, implicando a abolição da propriedade privada dos recursos produtivos e sua substituição pela propriedade social, ou seja, a AUTOGESTÃO SOCIAL;

2. A socialização do poder político, a participação dos cidadãos livres e iguais na formação coletiva de uma vontade política e no exercício direto da autoridade, ou seja, a DEMOCRACIA DIRETA;

3. Enfim, a transformação do mundo das relações intersubjetivas, no sentido da afirmação da solidariedade, ou seja, a REVOLUÇÃO CULTURAL do COTIDIANO. (Nascimento, 2004, acessado em 05/03/2005)

Com isso, percebemos que esse tema começa a entrar na agenda de discussão do próprio governo, embora seja um órgão muito incipiente.

Entretanto, alguns pontos apontados na literatura e encontrados em pesquisas realizadas por Benini et al. (2005) em outros momentos levam a uma reflexão sobre o projeto de Economia Solidária. Rosa Luxemburgo (2005) argumenta:

“Quanto às cooperativas, e antes de tudo, às cooperativas de produção, são elas pela sua essência um ser híbrido dentro da economia capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, a completa dominação do processo de produção pelos interesses do Capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa. Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado, de empregar a força de trabalho segundo as necessidades do mercado ou atirá-la na rua, em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a

concorrência das outras. Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, verem-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmos com todo absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel de patrão capitalista, que, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução. São esses fatos que o próprio Bernstein constata, mas que evidentemente não compreende quando, com a Sra. Potter Webb, vê na falta de “disciplina” a causa do fracasso (como se o problema fosse cultural, educacional, falta de consciência solidária etc.) das cooperativas de produção na Inglaterra. O que aqui se qualifica vulgar e superficialmente de “disciplina” outra coisa não é senão o regime absoluto natural ao Capital, e que evidentemente os operários não podem empregar contra si próprios” (2005:80).

Dessa forma, conforme colocado por Luxemburgo, existe uma heterogestão do mercado, sendo que somente a cooperativa, por mais autêntica que seja, dado o contexto de monopólio do capital, dificilmente pode concorrer com o progresso técnico.

Nesse sentido, muitas das políticas públicas também acabam se fortalecendo, a medida que instigam, não compensando as consequências inevitáveis do modo de produção capitalista, como níveis extremos de miséria.

Outro aspecto relevante é a amplitude do movimento de Economia Solidária em relação à sua constituição. Por um lado, tem-se uma série de cooperativas que suscitaram por iniciativa dos próprios trabalhadores – com característica endógena – processos de lutas e de consciência de classe e, do outro lado, cooperativas sendo fomentadas e incubadas por incubadoras universitárias e prefeituras – com característica exógena.

Contudo, Singer (2003) argumenta ainda sobre as colocações de Luxemburgo (2005), apontando algumas condições proporcionadas nessas cooperativas que já apresentariam grande significância:

“Se as condições de trabalho na fábrica capitalista eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, o que lhes permite se auto-explorar menos; além disso, os cooperados têm a liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção.” (Singer, 2003:17)

Segundo Singer (2002), as cooperativas são importantes primeiro, porque permitem uma pedagogia, ainda dentro do capitalismo, da prática da “autogestão”, aprendizagem que é, segundo ele, condição para se ter a possibilidade histórica de superação do capital. Segundo, porque na cooperativa há uma melhora das condições de trabalho e, em terceiro lugar, elas diminuem o exército industrial de reserva, na medida em que geram trabalho e renda para os desempregados, contribuindo para o surgimento e fortalecimento de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão a que se chega aqui é que existe um antagonismo de interesses nas correntes de cooperativas. Pode-se justificar que esse antagonismo surge da forma e pelo modo de (re)produção que praticam/teorizam.

Desta forma, a “cooperativa empresarial” busca uma estrutura organizacional racional e burocrática que utiliza a mão-de-obra assalariada – força de trabalho – como fonte de valor para o capital e sua reprodução, sendo que o trabalho continua alienado e organizado nos moldes da produção taylorista-fordista. A cooperativa é então usada como uma forma de integração horizontal de pequenos-burgueses e/ou capitalistas que, em grande parte, não

participam do processo produtivo da cooperativa (com o trabalhadores/operários/trabalhadores rurais da cooperativa), esta sendo apenas uma alternativa para se obter vantagens na comercialização e na agregação de valor (agregação essa ocorrida por uma lógica de geração de mais valia).

Do outro lado, é advogado um cooperativismo que produz não em razão da reprodução do capital – que se dá por meio da exploração de uma classe pela outra, do lucro, e sim com uma finalidade socioeconômica. Está corrente busca praticar então uma forma de produção não capitalista, sem antagonismo de classes, que busca uma emancipação do trabalho.

Desta forma, as cooperativas de Economia Solidária, por se tratarem de outra forma de organização e produção, devem buscar um novo marco jurídico que as diferencie das outras cooperativas “empresariais”, permitindo assim que políticas públicas sejam direcionadas de forma mais apropriada e precisa e que movimentos que buscam uma outra forma de cooperação, tenham uma alternativa mais coerente com seus objetivos.

Tem-se ainda, que a Economia Solidária, colocada apenas como uma ação do chamado terceiro setor, não ampliando seu espaço de luta para a direção do estado, pode correr o risco de ser apenas funcional para os interesses do capital.

REFERÊNCIAS

BENINI, Elcio Gustavo; BENINI, Edi Augusto e ZERBETTO, Flávio. **Texto e Contexto**: precarização do trabalho e economia solidária. In: II SEMINÁRIO “MUNDOS DO TRABALHO”: ADEUS AO PROLETARIADO? Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2005.

GAIGER, L. I.. **Empreendimentos Econômicos Solidários**. In: CATTANI, Antônio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Veraz, p. 135-143.

LUXEMBURG, Rosa. *Reforma ou revolução*. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MANCINI, E. A. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999

MAUAD, Marcelo José Ladeira. **Cooperativas de trabalho**: sua relação com o direito do trabalho. 2. ed., São Paulo: LTr, 2001.

NASCIMENTO, C. *Autogestão e o “Novo Cooperativismo”*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/Conteudo/autogestaoocooperativismo.pdf>> Acesso em: 05 out, 2012.

NETO, A. L. **Cooperativas de trabalho**: intermediação de mão-de-obra e subtração de direitos dos trabalhadores. Curitiba: Juruá, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Cresce o número de pessoas ligadas ao Cooperativismo. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ramos/estatisticas.asp>. Acesso em: 17/10/2012.

PINHO, D. **O Cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINHO, J. B. **Comunicação em Marketing**: princípios da comunicação mercadológica. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2001.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI**: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.

SCHNEIDER, J.O. **Globalização, desenvolvimento local sustentável e cooperativismo**. In: Encontro de Investigadores Latinoamericanos de Cooperativismo, 3. 2004, São Leopoldo. **Anais**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

UNICRED OESTE PAULISTA. **Cooperativismo**: Princípios do cooperativismo. Disponível em: <http://www.unicred-oestepaulista.com.br/>. Acesso em: 17/10/2012.

